



Corpo e território: Uma discussão sobre a *multicampia* universitária

Body and territory: A discussion on university multicamping

DOI: 10.56238/isevmjv2n3-006

Recebimento dos originais: 14/06/2023

Aceitação para publicação: 05/07/2023

Suely Bomfim Lago

Mestra em Filosofia. Doutoranda junto PPGDC /UFBA

E-mail: sbonfimlago@gmail.com

Joelma Boaventura da Silva

Mestra em Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação

Graduada em Direito. Docente junto UNEB. Doutoranda PPGDC/UFBA

E-mail: jbomfim@uneb.br

Natalia Silva Coimbra de Sá

Doutora em Cultura e Sociedade – UFBA. Docente junto a UNEB

E-mail: natalia.coimbra@gmail.com

Maria Raidalva Nery Barreto

Doutora em Educação e Contemporaneidade - UNEB

Docente do IFBA

E-mail: raibarreto@gmail.com

RESUMO

O artigo discute a relação entre a multicampia universitária e os conceitos de território e corpo. A metodologia baseia-se na abordagem qualitativa de natureza descritiva com revisão de literatura e análise documental. Na análise normativa sobre cotas raciais para a universidade observou-se os parâmetros que fundamentam a inserção de categorias sociais. A discussão incide sobre multicampia para além de seus aspectos territoriais. Conclui-se que o corpo expressa cultura, saber, mobilidade e poder, enquanto, que a universidade, como território, sustenta: presença, saberes, conhecimento e intercâmbio cultural, suscitando um olhar crítico sobre a universidade multicampi, enquanto expressão de múltiplos corpos- territórios.

Palavras-chave: Corpo, Território, Universidade *Multicampi*, Cultura, Etnia.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de território e seus correlatos como territorialidade, espaço, desterritorialização e reterritorialização são afetados pela polissemia, enquanto que o conceito de corpo - corporeidade, corporalidade e corpolítico - permeiam várias áreas do conhecimento, desde a Filosofia, passando pela Biologia, Saúde, Educação, Antropologia, sem esquecer das artes, em especial a dança.

Os grandes desafios desta produção são: singularizar a apropriação de cada um dos conceitos destacados, inter-relacioná-los no campo da educação, com foco na *multicampia*

universitária. Há uma inerência do modelo universitário *multicampi* com a temática territorial, como elucidada o teórico Rogério Haesbart, apoiado nas construções geofilosóficas de Milton Santos, de que o território é o espaço construído e vivido, por seres corpóreos humanos. As universidades são instituições sociais de categoria educacional, construídas pelos atores sociais e por eles reformuladas e mantidas.

Tentando entender as relações entre esses conceitos, propõe-se as seguintes questões: Há uma territorialidade constituída minimamente a partir do corpo? Quais as implicações territoriais da *multicampia* nas comunidades étnicas? Compreende-se o espaço universitário *multicampi* como forma de acesso aos territórios de identidade? Todas essas questões não são respondidas nesse artigo científico, mas elas dão a dimensão da problemática ora apresentada.

A relevância do tema é sustentada pela provocação de Haesbaert (2020), baseada no trocadilho conceitual: “corpo-território” e “território-corpo”. A importância da temática está vinculada à discussão sobre universidade, sujeitos acadêmicos, conhecimentos e territórios inclusivos. A atualidade da temática é perene, pois enquanto existir instituição de ensino superior, existirão corpos discentes, docentes e técnicos-administrativos em atuação territorial.

A estrutura do trabalho está dividida em duas seções, a saber: a primeira trata da abordagem dos conceitos de território e corpo; a segunda seção apresenta as repercussões sobre a Multicampia, seguida das considerações finais.

Para tanto foi utilizado uma abordagem qualitativa de natureza descritiva, a partir de revisão de literatura, e teve como objetivo suscitar provocações em torno dos conceitos mencionados e as implicações desses no contexto da multicampia.

2 ABORDAGEM CONCEITUAL

2.1 TERRITÓRIO

O espaço está muito além do plano físico, pois é reflexo do fato social, histórico e cultural, uma vez que “ele é simultaneamente produtor e produto; determinante e determinado; um revelador que permite ser decifrado por aqueles mesmos a quem se revela” (SANTOS, 1986, p.130). Baseando-se em Deleuze e Guattari (1997), percebe-se que a territorialização é expressão do território e está vinculada às funções deste, logo aquela “é o ato do ritmo tornado expressivo, ou componentes de meios tornados qualitativos” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 388), portanto, discutir territorialização é abordar a expressividade do território, em especial, nos aspectos políticos, sociais, culturais, esses últimos reengendram a difusão de saberes e conhecimento. Para Ribeiro (2009, p.26), “o conceito de território remete tanto aos aspectos

formais, bem como os aspectos ligados ao sentido dessas formas (as ideologias espaciais, representações e sistemas de valores)”. Desta maneira, pode-se afirmar que “o poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos” (RIBEIRO, 2009, p.26) e portanto, o “território cultural precede o território político e precede o espaço econômico [...] O território é um lugar compartilhado no cotidiano, criador de raízes e laços de pertencimento e símbolos” (RIBEIRO, 2009, p.26). O território é um produto histórico, “que na seara das ciências humanas e sociais pode construir um conhecimento sobre a territorialidade humana” (FURTADO, 2014, p.451).

Em apertada síntese, compreende-se que o território não diz respeito somente à materialidade do espaço, pois não há território exterior às relações sociais (HAESBAERT, 2009). Dessa maneira, o “território toma forma não só por meio da inscrição no espaço físico, mas nas narrativas, pois ele também é organizado discursivamente” (FURTADO, 2014, p. 444) nas relações sociais. Neste sentido, basear-se no território ou na territorialidade é investigar processos interativos, os quais, perpassam a Educação Superior. A perspectiva territorial da universidade *multicampi* é enfatizada, a partir da capilaridade da mesma, que permite aproximação com as demandas regionais e com as manifestações étnicas e culturais.

Entende-se que o espaço territorializa-se desde o corpo (forma mínima) até as formas mais abrangentes, pois “desdobram-se assim desde os territórios do/no corpo, íntimo (a começar pelo ventre materno), até o que podemos denominar territórios-mundo, a Terra como pluriverso cultural-natural ou conjunto de mundos” (HAESBAERT, 2020, p. 76).

2.2 CORPO

O corpo é um dos temas muito discutido na atualidade. “A existência do homem é corporal” (BRETON, 2011. p. 7), é por possuir um corpo que está exposto no mundo e a partir dele, constrói o mundo e ao mesmo tempo por ele é construído.

Muitas serão as perspectivas teóricas para responder o que seja o corpo. Desde o pensamento ocidental, de tradição clássica, com a filosofia de Platão, que defendeu a tese da dualidade: corpo e alma, entendendo o corpo como um “cárcere da alma”, visão também difundida na filosofia medieval. A modernidade manteve uma visão de corpo dual, ainda que de modo diferenciado das concepções anteriores, no entanto, de alguma forma, ao que nos parece, esses dualismos, principalmente nos moldes modernos, ainda resguardam algum sentido residual nos estatutos epistemológicos contemporâneos, na medida em que, são referenciais conceituais que

muito se adequam às perspectivas científicas de cunho positivistas, que se desdobram em: alvo de críticas ou conceitos refutáveis.

A partir da querela entre o racionalismo e o empirismo dos séculos XVII e XVIII, a discussão em torno do conhecimento sensível e intelectual trouxe repercussões ao conceito de corpo e muitas concepções foram engendradas. Para a Filosofia de Descartes, por exemplo, o homem é entendido enquanto composto por uma parte material e uma outra imaterial, que de alguma forma se comunicam. Essa visão trouxe embaraços epistemológicos para a definição de ser humano pensado enquanto totalidade. Uma das dificuldades que se apresenta, consiste no problema da redução. Como pensar no corpo sem negá-lo, enquanto matéria, não redutível ao pensar, se ao pensá-lo já se constitui como uma forma de reduzi-lo ao pensamento? Com o avanço das ciências, particularmente da biologia, considerações antes aceitas foram reformuladas e a definição de ser humano, tomada, sustenta-se em explicações científicas, de cunho mais positivista, que tende a reduzir os processos psíquicos à consciência, considerados enquanto processos biológicos, neurofisiológicos (admitindo-se unicamente uma ontologia fisicalista).

A partir do século XX, a questão da corporeidade ganhou uma evidência significativa, pensadores como Merleau-Ponty, Latour, Heidegger, Foucault, entre outros, debruçaram-se sobre esse tema. Dentre as várias implicações e desdobramentos que o corpo abarca, destaca-se a importância dos modelos corporais que se constituem a partir de vivências, historicamente, situadas e que vão delineando o que se pode chamar de “uma revolução” do corpo. “Da filosofia à psicanálise, passando pela antropologia, história, sociologia, literatura comparada, teologia, pelos estudos culturais [...]” (ORTEGA, 2008, p.189), discutem sobre os estatutos do corpo.

Dentre os múltiplos estudos apresentados, a perspectiva construtivista social, que “está historicamente vinculado à figura de Foucault, [...] no entanto, os pós- foucaultianos (feministas, teóricos do estudo de cultura e raça, de gays e lésbicas, entre outros) que defendem as versões mais extremas dessa posição” (ORTEGA, 2008, p. 191), irão intensificar e reivindicar o lugar do corpo.

O corpo, enquanto construção simbólica, mantém uma relação com o mundo, tem uma percepção de mundo, de si e dos outros, através de sua existência corporificada.

Do ponto de vista das relações políticas, sociais, e a partir do entendimento de corpo como possibilidade de se estabelecer relações com outros corpos e como ponto de inserção no mundo, o poder dominante, o agencia. O entendem como ponto central de controle e, conseqüentemente, local por excelência do exercício de adestramento e dominação, mediante práticas disciplinares,



incidindo sobre os corpos individuais, nos seus hábitos, instintos, sentimentos, emoções, exercendo um verdadeiro controle da própria vida, através do biopoder (FOUCAULT, 2014).

Esse controle não é mais de indivíduos, mas de massas de indivíduos. O corpo se constitui como o primeiro território de dominação, através dessa nova forma de poder, que se insurge nos séculos XIX e XX, que tem no território-corpo seu objeto de domínio. Estes serão controlados a partir de apropriações e dominações sutis que incidem diretamente sobre eles, através de práticas disciplinares que o moldam de acordo com interesses estabelecidos de um novo modelo político, que irá gerenciar o território e os corpos. Assim, se pode entender que as relações entre os homens se dão, não por uma construção racional de valores e de verdade exclusivamente, mas, também, por uma dinâmica do poder. É na demarcação de espaços de poder que os corpos se formam e interessam de certa maneira, “[...] diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele, elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhes sinais” (FOUCAULT, 2014, p.29).

O corpo, enquanto território, sofre a imposição do poder no controle de seu tempo, de seus deslocamentos; interessa o modo como eles estão se movendo dentro dos espaços, infringindo possibilidades e impossibilidades de mobilização, determinando onde, quando eles podem se mover nos territórios que estão sob seu julgo. Desse modo, o adestramento dos corpos, através do controle de seus “corpos-territórios” deve ser colocado de forma normatizada. “Esse investimento no corpo” está muito ligado à sua utilização. É de um corpo útil e dócil, no sentido de corpo para realizar trabalho e pouco reivindicador, que interessa ao poder numa sociedade econômica-política patriarcal capitalista.

Retornando à perspectiva de construção social dos corpos, estes são construídos e reconstruídos constantemente, uma vez que, ao nascer já existe uma sociedade politicamente organizada e padrões de comportamento já aceitos. Há um conjunto de normas estabelecidas e à medida que estas mudam, muda também a concepção de corpo. Nesse sentido, os corpos estão imersos em uma cultura e sujeitos aos rompimentos históricos. O corpo se constrói e se reconstrói, a partir de suas experiências de mundo, das práticas discursivas, envolvidos em um sistema culturalmente posto. Os grupos minoritários: negros, índios, LGBTQIAP+ assumem o protagonismo e reivindicam o espaço da corporeidade não normativa.

Pergunta-se sobre as identidades: coletiva e individual, incidindo sobre a definição do "eu", que se constitui muito mais como uma polifonia da subjetividade (GUATTARI, 1992, p. 155). Os corpos estão, espacialmente, expostos e se comunicam, através de suas trajetórias e de movimentos

que formam a sua corporeidade. Nessa assertiva, pensar os corpos é pensar os espaços, em que estes estão situados, como dimensão das práticas humanas (SOUSA, 2009).

3 REPERCUSSÕES DA *MULTICAMPIA*

3.1 REPERCUSSÕES TERRITORIAIS

A universidade *multicampi* é um território que reflete aspectos sociais e culturais, portanto é uma territorialidade de relações intermediadas por corpos. Cada *campus* é um território de: formação profissional; disputa de poder; manifestação de saberes; produção de conhecimento; cultura e relações pessoais, para Ribeiro; Menezes; Campos (2016, p. 153) “a produção, a socialização e o uso do conhecimento e informações, [...] constituem-se em processos socioculturais e suas práticas e relações inscrevem-se no espaço e na própria produção do espaço”.

Existem algumas repercussões territoriais da e na universidade, a saber: a) espaço de produção de conhecimentos; b) espaço de acolhimento de saberes; c) espaço de formação profissional. Em qualquer um dos formatos espaciais mencionados, estão presentes os territórios existenciais, os quais podem ser denominados de corpos, além dos territórios universitários que viabilizam a integração social, permeada pela troca de saberes e aquisição de conhecimento.

3.1.1 Universidade *multicampi* e suas várias etnias

Historicamente, o acesso à universidade brasileira era, majoritariamente, destinado aos brancos ou poucos miscigenados, mas desde o advento da política de cotas no século XXI, uma profusão de outras etnias, passou a ter acesso. A Lei 12.711/2012 que institui que as Universidades Federais devem reservar vagas para negros, pardos e indígenas nos cursos de graduação tem como critérios: baixa renda, raça e formação em escola pública.

A discussão sobre raça e etnia é bastante complexa por conta das aproximações dos termos e de seus distanciamentos sociais e políticos. Conforme Santos (2010), “raça e etnia” são dois conceitos relativos a âmbitos distintos. Enquanto um refere-se aos elementos biológicos, o outro incide sobre elementos sociais. A legislação referente ao sistema de cotas adota a terminologia “raça” e não etnia.

A autodeclaração¹ de pertencimento étnico, para negros, é um dos mecanismos de validação do sistema de acesso ao ensino superior. O mesmo não ocorre para validação de cotas

¹Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (grifo nosso) (BRASIL, 2012)

dos indígenas e quilombolas, para os quais são exigidos documentos comprobatórios de seu pertencimento étnico.

A etnia tem como território, o corpo, e este último ocupa a universidade com seus diversos grupos étnicos, a saber: indígenas, negros, quilombolas e ciganos. Esses corpos territorializados ou esse território universitário corporificado não “pode ser tratado de modo neutro e universal, pois tem raça, sexualidade e gênero – além, é claro, de idade (faixa geracional) e classe socioeconômica” (HAESBAERT, 2020, p.77). Baseando-se em Santos (2009), se entende que cada corpo vivo é um espaço e tem seu espaço: ele se produz no espaço e produz o espaço.

3.2 REPERCUSSÕES DE CORPO

Equacionar o espaço que o corpo ocupa no processo educacional, remete de certa forma, à compreensão dos corpos como territórios que preenchem o espaço da universidade e a universidade como território que compõe o espaço estatal.

Poderíamos afirmar que a compreensão de corpo, a partir dos pressupostos cartesianos, enquanto autômato, relegando sua importância a uma instância secundária, considerou a capacidade intelectual, como sua parte definidora e colocou a sensibilidade sob suspeita. Na contemporaneidade, ainda que duras críticas tenham sido implementadas a esta visão, o corpo parece ocupar ainda um papel “[...] acessório na formação do ser humano” (NÓBREGA, 2005, p. 603).

É necessário sempre considerar que os corpos que ocupam as escolas carregam em si suas histórias, suas memórias, seus sentidos de pertencimento. No entanto, parece que de certa forma há uma uniformização dessa diversidade. Boaventura de Souza Santos (2010), destaca que a missão da universidade seria a de pensar e entender seu próprio tempo histórico. Nesse sentido, o seu papel seria acolher a multidiversidade étnica. Se a universidade, através de seus sistemas de cotas, abriu seu espaço para dar visibilidade aos que estavam invisíveis, não pode negligenciar a diversidade. Uma das questões que deve ser observada é a relação que as várias etnias têm com a concepção de corpo e espaço. Uma vez que os corpos estão espacializados, e assim se constituem a partir dessa relação. Para Haesbaert (2020), “o corpo não pode ser tratado de modo neutro e universal, pois tem raça, sexualidade, e gênero [...]” (HAESBAERT, 2020, p.77).

A universidade baseada no modelo eurocêntrico, enquanto “lugar privilegiado da produção de alta cultura e conhecimento científico avançado [...]” (SANTOS, 2010, p. 193), forçosamente foi modificada no pós-guerra, e sobretudo, a partir dos anos sessenta, em que emergiram discussões sobre a conceituação da universidade como produção de alta cultura, já que a cultura popular



ganhou força a partir da pós-modernidade. “A alta cultura é uma cultura-sujeito, enquanto a cultura popular é uma cultura-objeto, objeto das ciências emergentes, [...] rapidamente convertidas em ciências universitárias” (SANTOS, 2010, p. 194).

O dilema imposto à universidade foi o de resguardar a antiga posição de cultura de elite ou de ampliar sua concepção de cultura. Dentro desse contexto, as universidades *multicampi*, que geograficamente, estão distribuídas em várias regiões, resguardam, diferentes culturas, diferentes formações de corpos-territórios.

As relações entre território e corpo, são perpassadas por relações de luta, de resistência, uma vez que é o corpo - território, o primeiro espaço de ocupação no enfrentamento de forças. Pode-se pensar no corpo como “ferramenta de luta”. Foucault (2014), já ressaltou que são nos corpos que o poder se exerce, agenciando-o, disciplinarizando-o, mas, não se deve olvidar, que são os corpos-territórios que exercem a resistência. Esse espaço de resistência para a cultura latino-americana, segundo Haesbaert (2020, p. 77), “se deu especialmente através das discussões sobre gênero a partir dos movimentos feministas e, de modo mais específico, das mulheres indígenas”. Desse modo, a cultura de massa pode modificar a estrutura funcional das universidades, na medida em que fazem parte de seu território.

Observa-se, hodiernamente, que uma grande quantidade de pesquisas é feita nessa direção. No entanto, nos parece que a efetivação desses estudos ainda é incipiente. A discussão sobre corpo/corporeidade ocupa no processo de formação um papel secundário. É necessário entender as dimensões, os desdobramentos do estudo do corpo, dos corpos- territórios como “ferramentas” de resistência.

3.3 UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO DE R- EXISTÊNCIA

A universidade brasileira é uma Instituição Educacional que forma indivíduos para inserção social. Nos últimos vinte anos, a partir das lutas em prol da regulamentação das cotas raciais, possibilitou-se às culturas escanteadas e seus etnosaberes espaço de visibilidade e de resistência.

A abertura, das ações afirmativas nos leva a refletir acerca da herança eurocêntrica que direcionou o processo de formação das universidades, as quais, podem ainda resguardar uma “colonialidade do poder, marcada por uma herança escravista e patriarcal, onde proliferam até hoje violências de classe, de raça e de gênero” (HAESBAERT, 2020, p. 76). De acordo com a perspectiva da r-existência, poderíamos dizer, que esses grupos subalternos reivindicam seu lugar e seu papel na sociedade enfrentando modelos constituídos, arraigados.



Mesmo reconhecendo que a Lei Federal nº12.711/ 2012, garantiu acesso às universidades públicas para outras etnias, é necessário refletir acerca da efetividade das ações afirmativas. A manutenção e efetivação dessas ações, dependerá, em certa medida, da capacidade de r-existência que envolvem seus agentes e de forma mais abrangente a própria sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A universidade é um território que se sustenta pela mobilidade, presença, partilha de saberes, intercâmbio cultural, difusão e produção de conhecimento, sendo a *multicampia* uma expressão de múltiplos territórios (espaços) e seus corpos étnicos, sociais e de resistência.

O corpo é a menor unidade territorial individual e nele se expressa a cultura, se produz o conhecimento, sendo esse o elo de vinculação entre territórios universitários *multicampi* e corpos permeados de cultura e identidade. As ações afirmativas oportunizam o acesso de corpos-territórios nos territórios universitários, possibilitando a resistência de etnias.

Reitera-se que há uma relação de forças conflitantes entre os territórios enquanto *locus* de poder do conhecimento e os sujeitos corporificados que resistem em existir à margem da sociedade e fazem da formação universitária um dos caminhos para inserção social.

O percurso feito neste artigo contemplou a conceituação de território e de corpo substanciando a discussão relacionando-a com a universidade *multicampi*, propondo um olhar atento às perspectivas de seus múltiplos territórios e à presença de seus corpos-territórios com suas nuances culturais e étnicas, que possam ser acolhidas em sua diversidade.



REFERENCIAS

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto De 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União de 30/08/2012, p. 1.

BRETON. David Le. Antropologia do Corpo. Rio de janeiro: Vozes, 2011.

DELEUZE, Giles; GUATTARI, Félix. Acerca do ritornelo. In: Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia, v. 4. São Paulo: Editora 34, 1997, p- 100-150.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Rio de Janeiro, 2014.

FURTADO, Cláudio Alves; SANSONE, Lívio (org.) Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa. Salvador: EDUFBA, 2014

GUATTARI, F. Caosmose: Um novo paradigma estético. S. Paulo, Ed. 34, 1992.

HAESBAERT, Rogério. Do Corpo-Território ao Território-Corpo (Da Terra): Contribuições Decoloniais. In: GEOgraphia, vol: 22, n.48, 2020. Niterói, Universidade Federal Fluminense. ISSN 15177793 (eletrônico) p. 75.
<https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/43100/24532/144946>.

NÓBREGA, T. Qual o lugar do corpo na educação? Notas sobre conhecimento, processos cognitivos e currículo. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 599-615, Maio/Ago, 2005.

ORTEGA, Francisco. O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

RIBEIRO, Maria Teresa Franco. Introdução. In: RIBEIRO, MTF., and MILANI, CRS., orgs. Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 312 p. ISBN 978-85-232-0932-2. Available from SciELO Books.

RIBEIRO, Núbia Moura; MENEZES, Ana Maria Ferreira; CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque. DIFUSÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO: conceitos, analogias, convergências e divergências. In: Cognição: aspectos contemporâneos da construção e difusão do conhecimento / Organizado por Alfredo Eurico Rodrigues Matta e José Cláudio Rocha. – Salvador: EDUNEB, 2016. Pgs. 151-194.

SANTOS, Boaventura de S. Pela mão de Alice. 13.Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Carlos. Território e Territorialidade. In: Revista Zona de Impacto. ISSN 1982-9108, VOL. II. 12, JUL/DEZ, ANO XI, 2009. Disponível em http://www.albertolinscaldas.unir.br/TERRIT%C3%93RIO%20E%20TERRITORIALIDADE_vol12.html

SANTOS, Diego Junior da Silva; PALOMARES Nathália Barbosa; QUINTÃO Cátia Cardoso Abdo. Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. In: Dental Press J Orthod 124 2010 May-



June;15(3):121-4. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/dpjo/v15n3/15.pdf>. Acesso em 07/02/2020.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. 3ª ed. São Paulo: Hucitec,1986.

SOUSA, Patrício Pereira. Ensaio da corporeidade: corpo e espaço como fundamentos da identidade. In: Geografares, n. 7, 2009.